

DIPLOMACIA

As oportunidades entre Brasil e França

Presidente francês terá agenda intensa em sua visita ao Brasil nesta semana

» INGRID SOARES

O presidente francês, Emmanuel Macron, virá ao Brasil, esta semana, para uma série de agendas ambientais, políticas e estratégicas. Mas um dos principais assuntos de interesse do Brasil — o acordo entre o Mercosul e a União Europeia — continuará sem negociação.

Isso porque, mesmo se abordada pelos líderes, a temática não encontrará terreno para avanço. Além do país europeu não estar disposto a assinar o acordo, o assunto é conduzido pela Comissão Europeia. Os dois blocos tentam firmar o pacto comercial há mais de duas décadas.

No ano passado, a França estava na presidência da União Europeia, assim como o Brasil ocupava a do Mercosul, mas as negociações não foram concluídas porque Macron impôs novas condições. Em sua visita, o presidente francês deve reexplicar a Lula os motivos de sua negativa.

“A assimetria entre os países dificulta a negociação do acordo. A França quer manter um alto grau de protecionismo em relação ao mercado interno, mas quer exigir como contrapartida que o Brasil reduza seus índices de proteção e se abra comercialmente para os produtos franceses. Esse é o impasse. A pauta econômica é marcada pela assimetria entre os dois países e, portanto, tem mais arestas”, aponta a professora de ciência política da Universidade Federal do Rio de

Ricardo Stuckert/PR



Lula e Macron farão um tour pelo Brasil nesta semana, começando por Belém, com pauta ambiental

Janeiro (UFRJ) Mayra Goulart. Márcio Coimbra, presidente do Instituto Monitor da Democracia e vice-presidente da Associação Brasileira de Relações Institucionais e Governamentais (Abrig), opina que a agenda é positiva para ambos os países se bem usada pelos dois líderes. O especialista ressalta que, apesar de o acordo com a União Europeia ser um dos principais esforços de Lula, é difícil que a França mude de ideia por conta do intenso lobby dos produtores rurais que impedem o acordo de avançar.

“Há uma mobilização populargrande na França e é um tema

polêmico que mexe em privilégios, em subsídios, acesso a mercados especialmente no setor agrícola. Geralmente os presidentes tendem a ceder a essas demandas. É muito difícil que o acordo Mercosul e União Europeia avance, a não ser que o Brasil também esteja disposto a entregar alguma coisa, o que não deve ocorrer. Esse é um ponto que realmente tende a não avançar”, pondera.

Apesar da aproximação entre Macron e Lula pós governo Jair Bolsonaro, França e Brasil estão em lugares diferentes dentro do jogo da geopolítica internacional, acrescenta.

“O Brasil preferiu se alinhar à Rússia, à China e a outras autocracias que estão dentro do clube dos Brics, ao passo que a França se aliou às democracias. Estamos em um lado antagônico desses dois grupos que duelam no mundo. Vemos a França planejando enviar tropas à Ucrânia, o que pode provocar uma escalada do conflito, enquanto o Brasil possui uma tendência pró Rússia, os países estão em blocos antagônicos”, diz Coimbra.

Macron terá agenda em Belém, na terça-feira (26); depois Itaguaí/RJ e São Paulo/SP, na quarta; e, por fim, em Brasília, na quinta.

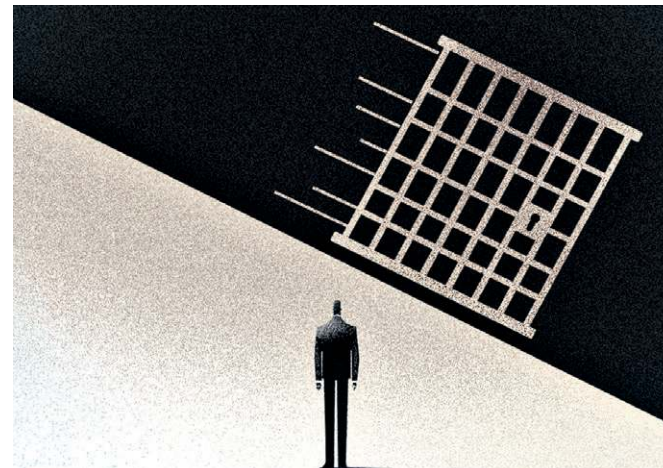
NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo



Luizazedo.df@dabr.com.br

Maurenilson Freire



Inquérito do golpe de Bolsonaro pode resultar em nulidades

Até o chamado Mensalão, que resultou de uma denúncia do ex-deputado Roberto Jefferson (PTB-RJ) de que haveria, na Casa Civil da Presidência, um esquema de compra de votos na Câmara para apoiar o governo Lula, quase não se tinha precedentes de deputados federais e senadores condenados pelo Supremo Tribunal Federal (STF). Seus processos eram mantidos em sigilo de Justiça; a maioria dos réus acabava absolvida por falta de provas, erros processuais ou se livrava de condenação por decurso de prazo.

Jefferson era acusado de participar de licitações fraudulentas nos Correios e sua denúncia originou uma Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI), na qual deputados e senadores investigaram e puniram os próprios colegas, em 2006. Lula negou que soubesse do Mensalão. O próprio Roberto Jefferson o poupou das acusações. Enquanto seus homens fortes caíam, Lula conseguiu se reeleger, em 2006.

Os indiciados pela CPI passaram a ser investigados pelo Ministério Público Federal (MPF), que ganhou protagonismo político e ares de de “Quarto Poder”. Em abril de 2006, a Procuradoria-Geral da República apresentou ao Supremo Tribunal Federal a denúncia contra 40 pessoas acusadas de envolvimento no Mensalão. A denúncia foi aceita. O STF abriu processo criminal contra os acusados em agosto de 2007. Em julho de 2011, o procurador-geral da República, Roberto Gurgel, pediu a condenação de 37 dos 40 denunciados.

Em 2 de agosto de 2012, os 11 ministros do STF começaram a julgar os réus no processo do Mensalão. O ministro Joaquim Barbosa, que viria a assumir a presidência da Corte, foi o relator; e Ricardo Lewandowski, revisor. Durante quatro meses e meio, houve 53 sessões, com debates acalorados entre os juizes e as defesas. Em 17 de dezembro, 25 denunciados foram considerados culpados.

O STF começou a analisar os recursos apresentados por todos eles em agosto de 2014. A conclusão do julgamento só se deu em março de 2015, com a condenação de 24 pessoas. Alguns foram absolvidos de algumas acusações e tiveram pena reduzida. Nos cinco anos seguintes, todos, à exceção do publicitário Marcos Valério, teriam perdão judicial.

A partir do Mensalão, pipocaram dezenas de escândalos envolvendo políticos, devido a desvio de recursos públicos, superfaturamento de obras e serviços e uso generalizado de “caixa dois eleitoral”. Desde priscas eras, esse era o modelo de financiamento da política brasileira, mas havia se esgotado com a Constituição de 1988, embora resistia até hoje.

O coroamento desse processo foi a Operação Lava-Jato, que embalou o tsunami eleitoral de 2018 e levou ao poder o ex-presidente Jair Bolsonaro, principal beneficiário dos movimentos que ergueram a bandeira da ética da política, à revelia de muitos dos seus porta-estandartes. Ao contrário da Lava-Jato, marcada por arbitrariedades e barbearagens jurídicas, o processo do Mensalão teve começo, meio e fim de acordo com os ritos do devido processo legal.

Assim como o caso do presidente Luiz Inácio Lula da Silva — enxertado no escândalo da Petrobras pelo então juiz federal Sergio Moro, que não era o “juiz natural”, o que resultou na anulação da condenação —, o inquérito que apura a tentativa de golpe de 8 de janeiro, a cargo do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes, tem singularidades que precisam ser bem fundamentadas para não afrontar o devido processo legal, sob risco de gerar nulidades futuras.

O sinal de alerta é o vazamento do áudio de conversas telefônicas do tenente-coronel Mauro Cid, ex-ajudante de ordens do ex-presidente Jair Bolsonaro, que fez delação premiada. Nelas, o militar relata ter sofrido pressão da Polícia Federal e classificava como “narrativa pronta” o inquérito que investiga a tentativa de golpe de Estado. As acusações de Cid nos áudios fizeram com que ele fosse chamado a prestar depoimento, na sexta-feira, no STF. Segundo o termo da audiência, divulgado pelo ministro Moraes, na oitiva, o militar disse que a sua delação foi feita “de forma espontânea e voluntária.”

Cid relatou não se recordar para quem “falou as frases de desabafo, num momento ruim”. Questionado sobre quem são os “policiais” que queriam que ele falasse coisas que não sabia ou não teriam acontecido, respondeu que “ninguém o teria forçado” e confirmou “integralmente” o depoimento que deu à PF no último dia 11. Se o acordo for anulado, Cid perde todos os benefícios a que teria direito, como redução de pena, responder em liberdade e retirada de medidas cautelares.

As declarações feitas por ele durante as oitivas também podem ser desconsideradas. Continuariam válidas, porém, as provas apresentadas pelo militar, como troca de mensagens com outros investigados, documentos como a minuta golpista encontrada no seu computador, e interceptação de ligações telefônicas. Ninguém sabe quem vazou os áudios, mas os principais beneficiados são o Bolsonaro, os generais denunciados pelo ex-ajudante de ordens e outros integrantes da conspiração golpista.

BRASÍLIA

campus party

realização GOUVÊA

A 6ª EDIÇÃO DA

CAMPUS PARTY BRASÍLIA

CONHEÇA NOSSA ÁREA OPEN

GRATUITA

OFICINA PARA CRIANÇAS / ATIVIDADES COM ROBÔS

ÁREA MAKER / ARENA DE DRONES / CAMPEONATO DE GAMES

GASTRONOMIA COM ALIMENTOS 3D / SIMULADORES

PALCO SOBRE EMPREENDEDORISMO

E MUITO MAIS!

CPBSB6

27 A 31 DE MARÇO

ARENA BRB MANÉ GARRINCHA

MEDIA PARTNER

CLUBE do assinante 15% DE DESCONTO